

O Programa aquisição de alimentos (PAA) na Região Metropolitana de Santarém (Pará): o caso das mulheres agricultoras da COOMAPLAS**The programa de aquisição de alimentos (PAA) in the Metropolitan Region of Santarém (Pará): the case of women farmers at COOMAPLAS**

DOI:10.34117/bjdv5n7-238

Recebimento dos originais: 14/07/2019

Aceitação para publicação: 09/08/2019

Adria Oliveira dos Santos

Titulação: Mestra Ciências da Sociedade pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, Pará, Brasil.

Endereço: Mendonça Furtado, 2.946 - Fátima, Santarém - PA, 68040-470

E-mail: adriaoliveirastm@gmail.com

Wandicleia Lopes de Sousa

Titulação: Doutoranda do Programa de Pós Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento; Mestra em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida; Economista pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, Pará, Brasil.

Endereço: Av. Mendonça Furtado, 2.946 - Fátima, Santarém - PA, 68040-470.

E-mail: wandicleia@hotmail.com

Leila de Fátima de Oliveira Monte

Titulação: Doutoranda em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Endereço: Praia de Botafogo, 356, Edifício Solymar, Apt 656, Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: leila_monte@yahoo.com.br

Thiago Almeida Vieira

Titulação: Doutor em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia

Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará

Endereço: Rua Vera Paz, s/n. Salé, Santarém - PA, Brasil

E-mail: thiago.vieira@ufopa.edu.br

Edilan de Sant'Ana Quaresma

Titulação: Doutor em Ciências, com ênfase em Estatística e Experimentação Agrônômica pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - ESALQ/USP

Endereço: Trav Marechal Rondon, s/n. Caranazal, Santarém - PA.

E-mail: edilan.quaresma@ufopa.edu.br

RESUMO

O presente estudo analisa a participação das mulheres agricultoras cooperadas da Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós – COOMAPLAS, localizada no interior da Amazônia Brasileira, no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, como sujeitos sociais importantes para o desenvolvimento da economia camponesa. A abordagem utilizada tem cunho qualitativo, caracterizada como um estudo de caso. Foram pesquisadas 48% das

cooperadas. Verificou-se que as mulheres possuíam em média 44 anos de idade, em plena capacidade produtiva. O vínculo a uma organização social possibilitou conhecer este mercado institucional e a inserção neste propiciou a conquista da autonomia econômica em relação aos seus cônjuges, assim como o aumento médio em 17% da renda per capita, possibilitando aquisições de utensílios domésticos, móveis entre outros, e conseqüentemente, melhorias na qualidade de vida dessas mulheres. De acordo com os dados a produção anual média das cooperadas é aproximadamente 3.683kg, garantindo um rendimento de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) com um custo médio produzido de R\$ 3,6 mil. Percebeu-se que o ingresso no mercado institucional do PAA oportunizou as agricultoras familiares acesso em um mercado que garanti geração de renda, ajudando-as direta e indiretamente, na obtenção de sua autonomia econômica, em relação aos seus cônjuges.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Mercado Institucional, Mulheres Cooperadas, Processo Produtivo, Amazônia.

ABSTRACT

Women are important social subjects for the development of the peasant economy. This study analyzes the participation of cooperative women farmers of the Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós - COOMAPLAS, located in the interior of the Brazilian Amazon, regarding to Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. The approach used has a qualitative and quantitative nature, characterized as a case study. We studied 48% of the cooperative members. It was found that women were on average 44 years old, in full productive capacity. The link to a social organization made it possible to know the PAA and its insertion in this led to the achievement of economic autonomy in relation to their husband, as well as the average increase of in 17% per capita income, enabling purchases of household items, furniture, among others, and consequently, improvements in the quality of life of these women. According to the data, the average annual production of the cooperative members is approximately 3,683kg, guaranteeing a yield of R\$ 58,000.00 (fifty-eight thousand reais) with an average cost of R\$ 3,600. It was noticed that the entrance in the PAA gave family farmers access to a market that guaranteed income generation, helping them directly and indirectly, in obtaining their economic autonomy, in relation to their husband.

Keywords: Family Agriculture, Institutional Market, Cooperative Women, Productive Process, Amazon.

1. INTRODUÇÃO

Na região Amazônica, a agricultura familiar assume papel importante no desenvolvimento econômico, social e ambiental, garante a qualidade de vida, diminui as desigualdades sociais, e contribui de forma significativa para a permanência do homem em suas unidades produtivas, gerando renda a nível nacional, regional e local. Destaca-se ainda, entre os setores econômicos, como responsável pela produção de alimentos que abastece a mesa da população brasileira, além de ser, o método mais adequado, na distribuição de renda e na garantia do desenvolvimento rural sustentável (SANTOS; MONTE; SOUSA, 2015).

A agricultura familiar ao longo do tempo ganhou reconhecimento em nível nacional, regional e local como categoria que exerce função fundamental na garantia de renda, da segurança alimentar e nutricional dos brasileiros (FRANÇA et al., 2009; GRISA E SCHNEIDER, 2008). Tal importância é reconhecida nos dados publicados no Censo Agropecuário de 2006, que mostra um número significativo de unidades de agricultura familiar, contabilizados em 4.367.902 unidades.

Quanto a participação da agricultura familiar na economia nacional, merecem destaque algumas culturas da atividade agropecuária que possuem maior participação na dinâmica econômica como: produção de mandioca (87%), de feijão (70%), de leite (58%), de milho (46%), de café (38%), de arroz (34%) e do trigo (21%) (IBGE, 2009). Devido a importância dessa modalidade de produção agrícola, algumas políticas públicas de incentivo foram sendo implantadas a fim de garantir a permanência das famílias em suas unidades produtoras.

No que se refere ao Estado do Pará, as culturas que aparecem com maior potencial de produção são: mandioca, pimenta-do-reino, abacaxi e dendê. Conforme dados da Fadespa (2015), os nove produtos listados a seguir são os principais responsáveis pela dinâmica econômica da agricultura no estado: mandioca (40,6%), soja (9,2%), banana (7,6%), pimenta-do-reino (6,7%), milho (6,6%), cacau (6,2%), dendê (4,9%), abacaxi (4,9%) e arroz (2,4%).

Apesar de todo esse potencial, o investimento tecnológico nesse setor é insuficiente, o que ocasiona uma baixa produtividade, sendo essencial o apoio do governo em todas as esferas: municipal, estadual e federal e em toda a cadeia produtiva.

Os cultivos na agricultura familiar se modificam conforme particularidades e características de cada local de produção. Não obstante à realidade brasileira, essa atividade desempenha função estratégica na dinâmica econômica amazônica. No Estado do Pará, aproximadamente 72% dos empreendimentos agropecuários possuem particularidades que demonstram potencialidade produtiva da agricultura familiar. Isto denota que grande parte dos estabelecimentos rurais no Pará se enquadra no Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, propiciando o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 1996).

Seguindo esse arcabouço, as políticas direcionadas à agricultura familiar, passaram por importantes transformações que foram se fortalecendo com o reconhecimento da importância econômica e social que a categoria desempenha no país, por meio da criação de uma política direcionada à segurança alimentar e nutricional.

Em 2003, foi criado, à luz da Lei nº 10.696/2003, o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, com o intuito de promover a articulação da agricultura familiar com programas sociais, operacionalizando a compra diversificada de produtos e garantindo a doação às entidades participantes de programas sociais, como escolas, associações e entidades filantrópicas. Um diferencial do programa é a oportunidade de compra sem licitação dos produtos agropecuários do agricultor familiar que estejam inseridos nos critérios do Pronaf, além de serem portadores do documento de Declaração de Aptidão ao Pronaf (BRASIL, 2003).

A Agricultura Familiar por ser abastecedora de alimentos básicos do mercado interno, sempre reteve uma posição no contexto do desenvolvimento econômico e na agricultura Brasileira. Assumiu papel fundamental de contribuir na garantia da subsistência, da segurança alimentar e na sustentabilidade e permanência das famílias em suas unidades produtivas. No final do século XX, significativas transformações ocorreram no cenário econômico, social e político que possibilitaram atingir diversificados espaços, como por exemplo, a agenda política nacional (SAVOLDI E CUNHA, 2010).

A inserção nessa agenda de forma a fortalecer a Agricultura Familiar como categoria social, foi construída ao longo dos anos por meio de estruturas políticas e institucionais. Nas últimas décadas como forma de firmar políticas públicas para a categoria, criam-se diversos instrumentos, entre eles o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – PRONAF, que surge como mecanismo governamental possibilitando acesso a investimentos, com intuito de efetivar projetos produtivos e conseqüentemente melhorar as condições de vida dos agricultores (GRISA E SCHENEIDER, 2015).

Outro importante instrumento como conquista nos espaços na agenda de Políticas Públicas é o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, trazendo contribuições para o desenvolvimento rural por meio da construção dos mercados institucionais. O programa desperta interesse pela articulação simultânea entre política agrícola com incentivo ao desenvolvimento de canais de comercialização para a produção familiar, e a política de segurança alimentar e nutricional (GRISA E PORTO, 2015). Em outras palavras, o programa é uma garantia da comercialização da produção oriunda da agricultura familiar a preços justos e, ao mesmo tempo, o fornecimento de alimentos às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social (SOUZA E LORETO, 2019).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional é o definido como “[...] acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais [...]”, tendo como fundamento hábitos alimentares que

promovam a saúde, considerando as questões culturais, ambientais, econômicas e sociais (BRASIL, 2006).

Portanto, o objetivo desse estudo foi analisar a participação das mulheres agricultoras familiares cooperadas à Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós (COOMAPLAS) no Programa de Aquisição de Alimentos, residentes nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, como sujeitos sociais importantes para o desenvolvimento da economia camponesa, mostrando a importância do trabalho das mulheres para a produção e reprodução dos seus modos de vida.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa tem cunho quali-quantitativo caracterizada como um estudo de caso. Segundo Yin (2015), esse tipo de estudo possibilita uma compreensão do espaço levando em consideração sua complexibilidade, garantindo que as particularidades do processo estudado sejam preservadas e investigadas com maior profundidade.

A seleção das mulheres agricultoras cooperadas da COOMAPLAS ocorreu pelo fato da entidade ser pioneira na luta e incentivo ao acesso nos mercados intencionais a exemplo do Programa de Aquisição de Alimento e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no município de Santarém. Possui abrangência na região metropolitana de Santarém, constituída pelos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, com um quadro de 97 cooperados que comercializam sua produção nas feiras, mercados locais e institucionais (SILVA E TAPAJÓS, 2012).

Do quadro de cooperados, 70 (setenta) são do sexo masculino e 27 (vinte e sete) do sexo feminino. Do total de mulheres, foram entrevistadas 48%, residentes nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, escolhidas de forma aleatória para compreender sua diversidade e especificidade produtiva. Os dados foram coletados em 2015, utilizando aplicação de questionário semiestruturado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

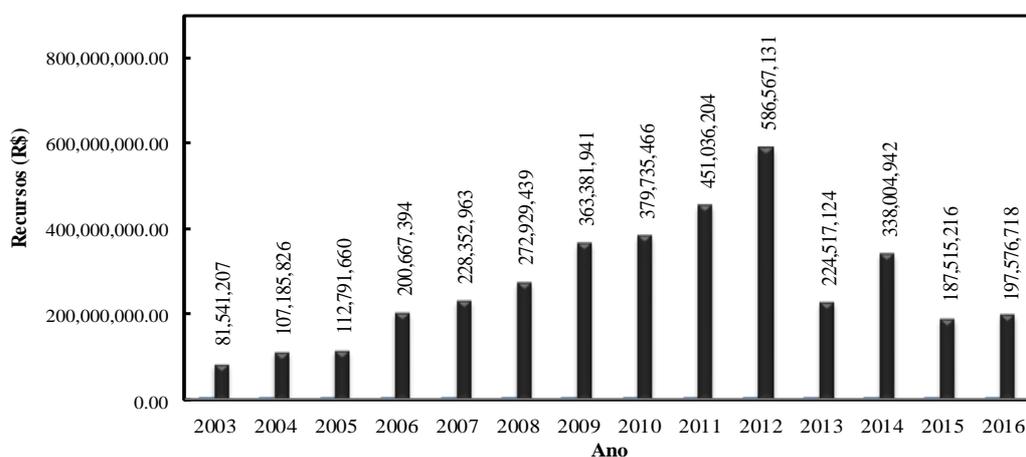
Na Lei nº 10.696/2003 de criação do programa, fica evidente que o PAA desempenha o papel de valorizar a produção e a cultura alimentar das populações, dinamizando a economia local, a formação de estoques estratégicos, a melhoria da qualidade dos produtos da agricultura familiar, o incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos e o resgate e preservação da biodiversidade (BRASIL, 2003).

Os agricultores familiares fornecedores, beneficiários pelo PAA, estão entre aqueles enquadrados no Pronaf, juntamente com aquicultores, silvicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e quilombolas, e os povos e comunidades tradicionais qualificados no Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2006).

Este programa possui cinco modalidades, a saber: Compra com Doação Simultânea - CDS; Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF; Apoio a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque; Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite; e Compra Institucional. A modalidade Compra com Doação Simultânea propicia a “[...] articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional [...] abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos, atendendo também aos programas sociais da localidade [...]” (BECKER E ANJOS, 2010).

Os dados da CONAB (2017) mostram os recursos aplicados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), na aquisição de produtos pelo PAA, no período de 2003 a 2016, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Aplicação dos recursos do MDA e do MDS na aquisição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no período de 2003 a 2016.

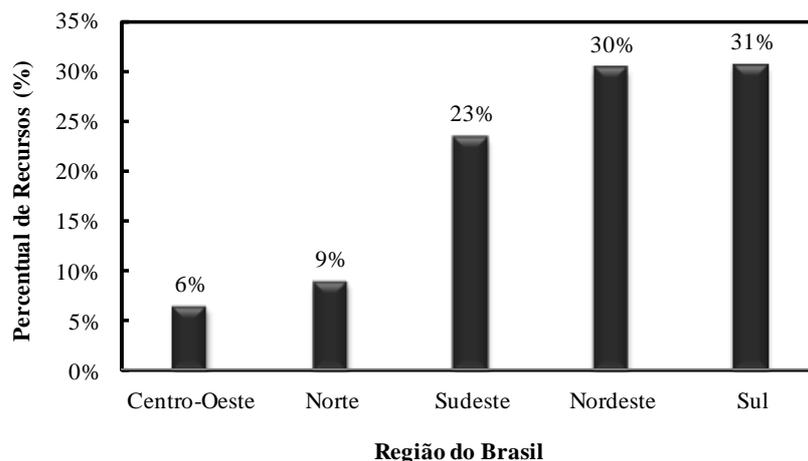


Fonte: Compêndio de Estudos Conab (2017).

Observou-se que no período de 2003 a 2012, os recursos do governo federal, destinados a compra de produtos do PAA, cresceram 619,35%, significando um acréscimo de mais de R\$ 505 milhões na aplicação de recursos. No entanto, no ano de 2013, houve uma queda na execução dos recursos do programa de aproximadamente 62% em relação ao ano anterior,

voltando a aumentar no ano de 2014, decrescendo nos dois anos seguintes. No período de 2003 a 2016, os recursos foram distribuídos conforme Figura 2, sendo a maior parte desses recursos destinados à Região Sul (31%) e à Região Nordeste (30%) (CONAB, 2017).

Figura 2. Distribuição dos recursos por região no período de 2003 a 2016 para compra dos produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).



Fonte: Compêndio de Estudos Conab/ (2017).

O maior desempenho do PAA ficou concentrado na modalidade “Compra com Doação Simultânea” que opera com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O êxito desta modalidade em relação às demais se deu pelo fato desta [...] incentivar a diversificação, na medida em que conecta a oferta da produção familiar a uma demanda diversificada [...]”, como as hortaliças, frutas, doces, biscoitos caseiros, dentre outros, obtidos direto do agricultor para serem entregues as entidades beneficiárias do programa (GRISA et al., 2011).

Como evidencia Delgado e Leite (2011), por melhores que sejam as políticas, sua execução sempre enfrentará dificuldades, principalmente no Brasil, onde a população é predominantemente urbana e a agricultura é complexa e articulada aos interesses das agroindústrias. O dinamismo econômico e a criação de novos empregos estão atrelados às condições políticas que influenciam decisivamente os rumos da política econômica e social do País. Os agricultores familiares são os principais excluídos dessas políticas, de modo que sua luta é, acima de tudo, pela conquista da condição de cidadãos, com mínimos direitos políticos, econômicos e sociais (FERREIRA et al., 2009).

De acordo, com a coordenadora do PAA, em 2014, o município de Santarém cadastrou 582 agricultores familiares, sendo 245 mulheres que corresponde a 42% dos cadastros (Tabela 1).

Tabela 1. Participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) atendidos pelo município de Santarém, distribuídos por município de origem em 2014.

Municípios	Número total de cooperados
Santarém	189
Mojuí dos Campos	224
Belterra	169
Total	582

Fonte: Dados da Pesquisa

Esses agricultores entregaram 1.333 toneladas de produtos oriundos da agricultura familiar, movimentando o montante de R\$ 2.825.740,98, em recursos na região metropolitana. A participação de agricultores dos municípios no PAA começou em 2012, por meio do mecanismo de compra direta com doação simultânea, uma das modalidades do programa. Como destaca Siliprandi e Cintrão (2011):

“a modalidade de Compra com Doação Simultânea tem um grande potencial de ser “apropriada” pelas mulheres rurais, seja individualmente ou através de grupos produtivos” (SILIPRANDI; CINTRÃO (2011, p.21).

É nesse sentido que destacamos a importância da participação da mulher nas políticas públicas voltadas para agricultura familiar. Para Silva (2019), somente pelo reconhecimento dos direitos das mulheres enquanto trabalhadora, e também de seu autorreconhecimento e participação em espaços sociais, políticos, culturais, etc, é que será possível romper com as desigualdades de gênero e da desvalorização do seu papel na esfera produtiva.

A pesquisa apontou que as mulheres cooperadas da COOMAPLAS, possuem em média 44 anos de idade, sendo considerada uma faixa etária na qual as mulheres estão em plena capacidade produtiva, quando comparado com a idade média das agricultoras familiares da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, que possuem a média de 57 anos (LIMA et al., 2014).

No que diz respeito ao grau de escolaridade, 38,46 % das pesquisadas possuem o ensino médio completo, 23,08% o ensino fundamental incompleto, o mesmo quantitativo declarou ter ensino fundamental completo e 15,38% ensino médio incompleto. Realidade diferente das agricultoras familiares da região Metropolitana de Curitiba, em que 50% das agricultoras estudaram até a 4^o série do ensino fundamental (KARAM, 2004). Quanto a estrutura de moradia, 84,62% residem em casas de alvenaria ou mistas, conforme mostrado na Tabela 2.

Tabela 2. Estrutura de moradia das casas das agricultoras pesquisadas, fornecedoras de produtos via Programa de Aquisição de Alimentos na Região Metropolitana de Santarém, Brasil.

Estrutura	Frequência (%)
Alvenaria	61,54
Mista	23,08
Madeira	15,38
Total	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto ao acesso aos serviços básicos de saneamento, os dados mostraram que a forma predominante de abastecimento de água é o microsistema e o tipo de esgotamento sanitário mais presente é a fossa séptica. Para Siliprandi e Cintrão (2011), a dificuldade no acesso aos recursos básicos como: água, energia elétrica, esgotamento sanitário e tantos outros, impacta diretamente os moradores das áreas rurais, de modo especial, às mulheres, por assumirem a responsabilidade de cuidar das residências, onde esses serviços básicos são essenciais para execução eficaz nas atividades domésticas.

No que se refere ao processo produtivo, o Quadro 1 apresenta informações sobre a área total destinada à produção agrícola familiar, condição da propriedade, tipo de produção e uso de sistema de irrigação. Os dados mostram que as terras cultivadas, em sua maioria (61,5%) são próprias das agricultoras, 23,1% arrendadas e 15,4% mistas (própria e arrendada). As cooperadas não utilizam sistema de irrigação no processo de produção, destacando que a introdução da técnica possibilitaria o cultivo de alguns produtos durante todo ano, garantindo a entrega de produtos nos dois períodos do cronograma do programa, além de aumentar a produtividade.

Quadro 1. Área total destinada à produção familiar, condição da propriedade, tipo de produção e uso do sistema de irrigação das Cooperadas da COOMAPLAS.

Município	Comunidade	Área total (ha) destinada a produção familiar	Condição da propriedade	Tipo de produção	Uso de sistema de irrigação
Santarém	Igarapé da Pimenta	13	Própria	Convencional e orgânica	Não
	Tabocal	10	Familiar	Convencional	Não
	Planalto São José	2	Arrendada	Orgânica	Não
Mojuí dos Campos	Boa Fé	44	Familiar e arrendada	Convencional	Não
	Boa Fé	1	Arrendada	Convencional	Não
	Boa Fé	3	Própria	Convencional e orgânica	Não
	Boa Fé	93	Arrendada	Convencional	Não
Belterra	Portão de Belterra (km 39)	61	Própria	Convencional e orgânica	Sim

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao tipo de produção, a pesquisa detectou que 53,85% continuam usando as formas tradicionais de cultivo, porém, um percentual de 46,15% das agricultoras aderiram à produção de orgânicos, principalmente, estimuladas para atender as exigências do Programa Aquisição de Alimentos (PAA).

Quanto aos produtos cultivados e fornecidos para o PAA, o Tabela 3 mostra 16 produtos advindos da agricultura familiar comercializados pelas cooperadas da COOMAPLAS residentes nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, entre eles, destacam-se: macaxeira (13,51%), farinha (10,81%), maracujá (10,81%) e laranja (10,81%), entre outros.

Tabela 3. Principais produtos cultivados pelas mulheres cooperadas da COOMAPLAS nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, em 2014.

1. Principais Produtos Cultivados	Frequência (%)
2. Macaxeira	13,5
3. Farinha	10,8
4. Maracujá	10,8
5. Laranja	10,8
6. Feijão	8,1
7. Tangerina	8,1
8. Galinha	8,1
9. Milho	5,4
10. Hortaliças	5,4
11. Taperebá	2,7
12. Melancia	2,7
13. Urucum	2,7
14. Mamão	2,7
15. Arroz	2,7
16. Ovos de galinha caipira	2,7
17. Coco	2,7

Fonte: Dados da Pesquisa.

A produção da macaxeira tem destaque, em diversas comunidades dos Municípios de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Ressalta-se a produção da macaxeira, na Comunidade do Planalto São José, no município de Santarém, com a produção média de 2.800 kg/ano, com rendimento aproximado de R\$ 6.000,00, considerado baixo, quando analisado os custos de insumos na produção. O destino final desta produção é predominantemente o mercado institucional, atendendo as demandas do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolas (PNAE).

A maior produção de farinha é oriunda da comunidade de Igarapé do Pimenta, localizado no município de Santarém. Essa produção fornece os produtos para diversos locais de comercialização, como mercados e feiras. Esses e os outros produtos constantes na Tabela 3 são responsáveis por abastecer as feiras locais e atender demandas dos mercados institucionais como o PAA e PNAE.

A produção média anual das cooperadas é de 3.683kg, gerando rendimento em torno de R\$ 58 mil com custos produtivos médios de R\$ 3,6 mil. Enfatiza-se que alguns produtos são processados pelas cooperadas da COOMAPLAS, em suas propriedades, destacando a farinha, polpa de maracujá, taperebá, acerola, cupuaçu e o urucum.

Para o público participante dessa pesquisa, estar vinculado a uma organização social como a cooperativa, possibilitou a oportunidade de conhecer o mercado institucional (PAA e PNAE) e as linhas de créditos disponíveis à categoria. Assim, o acesso ao PAA possibilitou às agricultoras familiares garantia de mercado, sendo esse um espaço de geração de renda,

implicando direta e indiretamente, na conquista da autonomia econômica, em relação aos seus cônjuges. Contudo, ainda existem alguns desafios que precisam ser superados entre eles, o acesso à assistência técnica de qualidade e assiduidade para melhorar suas técnicas produtivas, em consequência disso, aumentar e diversificar a produção agrícola.

Além disso, a escassez de oportunidades aos cursos de capacitação em planejamento e gestão produtiva de pequenos empreendimentos, ainda é um problema que dificulta a melhor gestão dos negócios familiares. Segundo Pontelo e Melo (2016), o envolvimento das mulheres em entidades organizadas (sindicatos, cooperativas, associações, entre outros) tem contribuído para ampliação da atividade feminina, bem como, o empoderamento nos debates sobre as políticas públicas e sua autonomia. Ademais, Almeida e Almeida (2016) mostram que no âmbito do PAA, as cooperativas podem promover a aproximação e a interação de diferentes agentes envolvidos, contribuindo com os projetos sociais, fortalecendo aspectos da cooperação, proporcionando maior confiança e reciprocidade.

Outro aspecto evidenciado na pesquisa é o aumento médio de 17% na renda individual das agricultoras, que possibilitou algumas aquisições, fruto dos recursos oriundos do fornecimento de produtos ao programa, como: compra de utensílios domésticos, móveis, contribuição na construção ou reforma da casa, conforto e alimentação. Isso demonstra a importância econômica do PAA para as agricultoras e suas famílias, e como legitimação do programa para o fortalecimento da Agricultura Familiar, uma vez que 100% das agricultoras afirmaram a pretensão de continuidade no fornecimento ao programa.

Acredita-se que é necessário investir no acompanhamento do cotidiano de trabalho e superação das mulheres que atuam na economia familiar em comunidades rurais, sendo ponto de partida interessante para se pensar a sociedade rural, suas novas formas de organização e, claro, as estratégias adotadas para permanecerem neste ambiente (ALMEIDA, 2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a participação das mulheres agricultoras cooperadas da Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós - COOMAPLAS no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, residentes nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Percebeu-se a contribuição do programa para o escoamento produtivo e ampliação na produção de macaxeira, farinha, feijão e hortaliças bem como, frutas como o mamão, melancia, abacaxi, maracujá, laranja, tangerina entre outros, a fim de atender as demandas do programa e abastecer o comércio local (feiras e mercados).

No entanto, foi possível detectar obstáculos que fragilizam o processo produtivo e a geração de renda entre os quais, se destaca, a baixa inserção de novas tecnologias na produção agrícola, predominando a produção do tipo tradicional, com exceção do cultivo orgânico em alguns casos.

A entrega de produtos *in natura*, por não possuírem condições técnicas e nem equipamentos para beneficiamento, também se constitui em um entrave, o que deve ser enfrentado como forma de agregar valores aos produtos. Melhorias em equipamentos e infraestrutura para armazenar e beneficiar a produção poderiam ser viabilizadas a partir da desburocratização para o acesso a créditos agrícolas.

O desconhecimento de processos organizacionais, na produção e gerenciamento dos gastos é uma fragilidade que dificulta o planejamento de safras subsequentes, refletindo na quantidade plantada, colhida e comercializada, ocasionando a diminuição na rentabilidade mensal das cooperadas.

Conhecer o processo produtivo adotado pelas mulheres cooperadas da cooperativa é uma atividade de pesquisa interessante para a academia e a gestão governamental, por possibilitar conhecimentos das demandas e desafios das agricultoras, o que pode auxiliar na construção de políticas públicas diferenciadas. No que se refere às dificuldades de inserção em mercados mais capitalizados, a articulação entre os agricultores, fruto da mobilização política desta categoria, deu origem a novos espaços para comercialização dos seus produtos, como os mercados institucionais e as feiras.

Considerando as relações entre o conhecimento científico e aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos que compõem a sociedade, a pesquisa culminou com a implementação de um projeto de extensão, o qual se encontra ainda em execução no ano corrente, com a proposta de aprofundar os dados e, em sinergia com a COOMAPLAS, realizar atividades que ajudem a superar as dificuldades produtivas e fortalecer esse segmento tão importante para a economia do país. O projeto busca ampliar o conhecimento dessa política pública junto aos cooperados e cooperadas, bem como, o potencial econômico que esse novo mercado institucional proporciona aos agricultores familiares da Região Metropolitana de Santarém- PA.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. E. Um olhar sociológico sobre as estratégias adotadas por mulheres para a dinamização da economia familiar no meio rural na zona da mata Mineira. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 3, p. 2080-2094, 2019.

ALMEIDA, I. C.; ALMEIDA, O.T. O capital social e o desenvolvimento local: estudo de caso das cooperativas agrícolas no município de Santarém, Pará. **Papers do NAEA**, n. 356, p. 3-19, 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em 20 dez. 2017.

_____. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências**. Brasília, 2 de julho de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

_____. [Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 08 nov. 2017.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)

BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural: Limites e Possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, em Municípios do Sul Gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Compêndio de Estudos Conab: Programa de Aquisição de Alimentos: Resultado das ações da CONAB em 2016**. Brasília: Conab, 2017. v. 9. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_07_18_14_41_42_compendio.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011.

FADESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. **Boletim Agropecuário do Estado do Pará**. 2015. Belém: Fapespa, 2015. p. 1-38. Disponível em: http://www.fapespa.pa.gov.br/sites/default/files/Boletim_Agropecuario_do_Estado_do_Para_2015.pdf. Acesso em: 07 nov. 2017.

FRANÇA, C.G.; DEL GROSSI, M.E.; MARQUES, V.P.M.A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. p.96. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuario.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017

FERREIRA, P. A.; PEREIRA, J. R.; ALENCAR, E.; SANTANA, A. C. Estado e agricultores familiares: uma análise interpretativa sobre o desenvolvimento rural no Sul de Minas Gerais. **Revista de Economica e Sociologia Rural**, v. 47, n. 03, p. 767-792, 2009.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, p. 481-515, 2008.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1, 2015. p. 19-52.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1, 2015. p. 155-182.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agricultura Familiar: primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: MPOG/IBGE, 2009.

KARAM, K. F. A Mulher na Agricultura Orgânica e em Novas Ruralidades. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 303-320, 2004.

LIMA, A. R. A.; HECH, R. M.; VASCONCELOS, M. K. P.; BARBIERI, R. L. Ações de Mulheres Agricultoras no cuidado familiar: uso de plantas medicinais no sul do Brasil. **Revista Texto & Contexto Enfermagem**. v. 23, n. 2, 2014.

PONTELO, A. G. G.; MELO, M. C. O. L. Mulheres no Espaço Político Sindical: um Estudo de Caso no Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino – SINDIFES. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, v. 11, n. 2, p. 41-58, 2016.

SANTOS, A. O.; MONTE, L. F. O.; SOUSA, W. L. A Importância do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) para as Agricultoras Familiares, dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, cooperadas da COOMAPLAS em Santarém/Pará. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 6. 2015. **Anais: Sociedade, Política e Gestão**. Paraná: UNIOESTE, 2015.

[SAVOLDI, A.](#); CUNHA, L. A. G. Uma Abordagem sobre Agricultura Familiar, PRONAF e a Modernização da Agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, v. 5, n. 1, p. 25-45, 2010.

Brazilian Journal of Development

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 2, p. 12-32, 2011.

SILVA, M. R. Gênero, desigualdades e agricultura: a mulher na atividade agrícola familiar. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 3, p. 2095-2105, 2019.

SILVA, M. R.; TAPAJÓS, M. L. **A distribuição de produtos da Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós – COOMAPLAS**. um estudo de caso. 2012. 60 f. Monografia (Graduação em Administração) – Instituto Esperança de Ensino Superior, Santarém, 2012.

SOUZA, A. F.; LORETO, M. D. S. Representações sociais de lideranças institucionais brasileiras sobre o programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise lexicográfica. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p.7808-7822, 2019. Doi: 10.34117/bjdv5n7-019

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.